

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: Instituições

Data: 03/07/88

Pg.: 03

Amazônia é destruída com incentivo fiscal

Ricardo Arnt

MANAUS — O governo brasileiro pode deter a destruição da floresta amazônica. É só querer. Para começar, pode acabar com o seu próprio subsídio ao desmatamento, modificando os critérios do Mirad — Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento —, que consideram a derrubada da floresta como benfeitoria para fins de legalização da propriedade de terra e acesso a crédito.

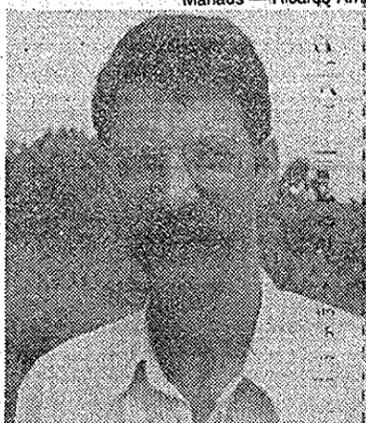
"Para obter um título de posse definitiva de uma área de 100 hectares, um proprietário de terras desmata 10 hectares e fotografa. O Mirad comprova a benfeitoria e emite o título de posse que credencia o proprietário a solicitar crédito rural, ou a vender a propriedade. A relação desmatamento-especulação de terras é induzida pela própria legislação", lamenta o ecólogo Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Suspende o subsídio ao desmatamento é o óbvio ululante em matéria de preservação ambiental.

Fearnside é um dos pesquisadores estóicos da Amazônia brasileira. Há 14 anos, ele acompanha a expansão das fronteiras econômicas na floresta, e ainda não perdeu a calma. Americano da Califórnia, 40 anos, há 10 na Divisão de Ecologia do INPA — Instituto de Pesquisas da Amazônia —, esse PhD em biologia é uma das maiores autoridades em desmatamento no Brasil e no mundo. Na sua sala, congestionada de papéis, fotos de satélites e computadores, Fearnside monitora tudo o que diz respeito à ordem da floresta e sua ocupação humana, das técnicas de manejo auto-sustentáveis dos recursos naturais até o impacto dos grandes projetos, como a Transamazônica, o Jari, o Pólonoroeste e Carajás.

O ofício tornou-o pessimista. Mas não fatalista. "A destruição das florestas brasileiras vai continuar. Muita terra ainda vai ser desflorestada, já que a floresta é considerada como um estorvo, uma barreira à penetração, hostil ao homem. Essa percepção equivocada ignora que a floresta requer políticas adequadas para a exploração de seus recursos. É só uma questão de determinação. O processo que está em curso pode ser mudado", observa.

Incôgnita — O processo que está em curso o deixa de cabelos em pé. Segundo Fearnside, o desmatamento no Pará e no Maranhão passou de 33 mil 913km², respectivamente, em 1987. As medições por satélite mostram que 5,58% das florestas do Pará e 8,68% das do Maranhão já se foram. O desmatamento avança em alta velocidade em Roraima, onde o IBDF — Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal — quase não dispõe de dados. Em 1978, eram 144km², apenas 0,06% do estado. Em 1981, pulou para 1 mil 170km², 0,57%. O quanto será, agora, é uma incôgnita. O

Manaus — Ricardo Arnt



Fearnside pede apenas um pouco de racionalidade

deflorestamento também está aumentando ao longo da estrada Cuiabá-Santarém.

Em Rondônia, no entanto, as taxas diminuíram. Em 1985, a situação tinha chegado a um ponto tal que a progressão do desmatamento sugeria a destruição de quase 19% da cobertura vegetal do estado. Os brasileiros derrubaram, em 10 anos, uma área equivalente à Irlanda, cujas florestas os ingleses demoraram todo o século 18 para derrubar. No final de 1985, entretanto, a diversificação das migrações e as notícias pouco entusiasmantes dos resultados do projeto de colonização em Rondônia diminuíram a entrada de colonos no estado. Rondônia, atualmente, perdeu só 15% das suas florestas.

Destino — O que o processo de destruição ilumina é a insistente rejeição brasileira ao destino florestal da Amazônia. Não obstante. Os brasileiros estão condenados a aceitar, um dia, a ordem da floresta, cuja opulência o hino nacional proclama, as crianças estuam e o romantismo, o positivismo e o nacionalismo ressaltam, com o mesmo entusiasmo com que os planejadores do desenvolvimento e os colonos derrubam. A saga da ocupação atual da Amazônia é um sintoma da ausência de inteligência. Sabe-se que, em muitos poucos anos, a maior parte das florestas do sudeste da Ásia estarão esgotadas. As que restam na África Tropical, em menos ainda. Preservar a floresta e preservar um patrimônio genético, estratégico. O Brasil é leviano com o futuro.

"Está provado que o modelo agropecuário não cabe na floresta. Ele só a destrói. A produção é temporária e esgota rapidamente. Aduar é muito caro. No norte, não há fábricas de insumo e o transporte é caro. Culturas com a do cacau, que em 1982 e 1983 deram lucro em Rondônia, estão em baixa, agora. As pragas, como o fungo da *vassoura da bruxa*, produzem grandes estragos. Em 1977, o quilo do cacau custava US\$ 3,50. Agora, está valendo US\$ 2,50", diz Fearnside.

Siderurgia vai acabar com a mata

Técnicos do desenvolvimento deveriam teorizar sobre o significado do desenvolvimento da floresta: beneficiamento e diversificação do extrativismo; manejo auto-sustentável das reservas de madeira; corte seletivo das árvores; pesquisa, preservação e exploração do potencial genético da floresta; biotecnologias; farmacologia; humilde e respeitoso aprendizado dos usos que os índios, seringueiros e castanheiros fazem da floresta. "Não há quase ninguém trabalhando com isso. Não há estímulos para essa pesquisa. É triste", queixa-se o ecólogo.

A floresta é rentável, mas não na lógica estrábica, a curto prazo, da economia de escala. Os benefícios de sua exploração permanente devem ser comparados aos custos do esgotamento das reservas, do desperdício do seu potencial, das alterações climáticas, da contaminação dos rios e, principalmente, da expulsão das populações nativas para as periferias degradadas das cidades.

Fearnside lamenta que os erros cometidos não contenham a voracidade da reprodução do capital e sensibilizem as autoridades. "Os novos projetos de desenvolvimento sempre admitem os fracassos dos anteriores, mas continuam a repeti-los. O Pólonoroeste reconhecia os erros cometidos na Transamazônica. O Carajás criticava a colonização do INCRA e as fazendas da Sudam. Mas o que aconteceu em Rondônia está em vias de ser repetido no Acre. O asfaltamento da BR-364 até Rio Branco avança sem que as reservas extrativistas projetadas para a região e o Plano de Proteção ao Meio-Ambiente às Comunidades Indígenas sejam adotados. Os migrantes vão entrar pela estrada, a toda. Depois, não vai dar para corrigir."

Frenesi — Nada, entretanto, é tão assustador quanto o projeto de instalação do pólo siderúrgico a carvão vegetal, em Carajás. Para agregar valor ao minério de ferro exportado em bruto, o governo do Pará está atraindo para a região de Carajás as guserias a carvão vegetal que devastaram as florestas de Minas Gerais — o Exército do Carvão. O minério é transformado em ferro gusa em fornos movidos a carvão, ou seja, madeira da floresta convertida em lenha. Fearnside calculou que as 20 guserias em instalação em Marabá e Açailândia, e mais as quatro de ferro-liga e de cimento da região, consumirão 720km² de floresta, a cada ano. As guserias exercerão pressão sobre os agricultores, tornando pouco atrativa a produção de alimentos. Derru-



As grandes árvores serão apenas lenha para fornos

bar a floresta, queimá-la e vender o carvão darão mais lucro. Vai ser um frenesi.

Uma imensa área florestal no Pará, no Maranhão e em Goiás será devastada, através de incentivos fiscais. As guserias instalam-se na região atraídas pelos subsídios do governo — isenção de impostos, benefícios — pelo custo zero da matéria-prima: a floresta. O ciclo do ferro gusa durará uns 20 anos, tempo necessário para que desapareçam as florestas próximas às usinas, obrigando-as a recorrerem às matas distantes, com custos de transportes progressivamente insuportáveis. Os guseiros de Minas Gerais, hoje, apanham madeira no sul do Amazonas. Por isso, estão se transferindo para Carajás.

Poucos projetos já foram tão criticados. A imprensa, a Superintendência de Meio Ambiente da Companhia Vale do Rio Doce e os técnicos do Banco Mundial já advertiram contra. No exterior, os ecologistas ficam estupefatos. Mas o governo do Pará está entusiasmado com os empregos, o ICM, as exportações, etc.

"Nesse caso", observa Fearnside, "o Brasil estará violando suas próprias leis. O projeto não tem relatório de impacto ambiental, como a lei exige, e desrespeita compromissos firmados no exterior. Os contratos de financiamento da estrada de ferro de Carajás, com o Banco Mundial e a Estabelecida Econômica Européia, estabelecem a preservação ambiental da faixa da ferrovia. É exatamente ali que as guserias vão se instalar".

O pólo siderúrgico pode ser instalado recorrendo-se a outras fontes de energia, enquanto a perda da floresta é irreversível. É mais cômodo, entretanto, queimá-la — e dá mais lucro. (R.A.)